

# A NOVA EVANGELIZAÇÃO

Prof. Dr. Francisco Catão\*

## RESUMO

*Nesse artigo procura-se refletir sobre o fato de que o tema da próxima Assembléia do Sínodo, agendada para outubro de 2012, de acordo com as Orientações (Lineamento) publicadas em 07/03/2011, se insere no processo da progressiva renovação da Igreja iniciado no Vaticano II. O projeto tomou corpo nos pontificados subsequentes, e se foi tornando cada dia mais claro através da múltipla recepção do Concílio. A renovação da Igreja – o aggiornamento – de que falava João XXIII consiste, em última análise, na revalorização da Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja, a que foi dado, finalmente, por João Paulo II, o nome de nova evangelização.*

**Palavras-chave:** *Evangelização. Concílio Vaticano II. Sínodo. Renovação.*

## ABSTRACT

*In this paper seeks to reflect on the fact that the theme of the next Assembly of the Synod, scheduled for October 2012, according to the guidelines (Lineament) published on 07.03.2011, is part of the process of progressive renewal of the Church initiated at Vatican II. The project took shape in subsequent pontificates, and it was becoming increasingly clear through the manifold reception of the Council. The renewal of the Church - the aggiornamento - who spoke John XXIII consist, ultimately, on the revaluation of the Word of God in the life and mission of the Church, which was given finally by John Paul II, the name of new evangelization.*

**Abstract:** *Evangelization. Council Vatican II. Synod. Renewal.*

---

\* Francisco Catão é doutor em Teologia (Université Strasbourg – Faculté de Théologie de Strasbourg – Paris, professor do UNISAL e do Mosteiro de São Bento, São Paulo.

A nova evangelização deve ser lida dentro de um projeto unificado [...] que animou o magistério e o ministério apostólico do Papa Paulo VI e do Papa João Paulo II. Desde o Concílio Vaticano II até hoje, a nova evangelização se propôs, sempre com maior lucidez, como o instrumento para confrontar-se com os desafios de um mundo em acelerada transformação e como a via para viver hoje, reunidos no Espírito Santo, o dom de fazer a experiência de Deus que é nosso Pai, testemunhando e anunciando a todos a Boa Nova - o Evangelho - de Jesus Cristo.<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Há 50 anos, a Igreja se preparava para celebrar o Concílio Vaticano II. O papa João XXIII, recém-eleito, acenara com essa grande novidade, ao celebrar a festa da Conversão de São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1959. Depois de quase três anos de preparação, a assembléia conciliar foi inaugurada no dia 11 de outubro de 1962. A homilia do Papa na missa de abertura, *Gaudet mater Ecclesia*,<sup>2</sup> abordou duas idéias centrais, que iriam comandar todos os trabalhos conciliares durante os três anos seguintes: a importância da História como elemento indispensável na manifestação da fé e a conseqüente distinção entre a substância da fé e as suas expressões.

A 13ª Assembléia do Sínodo, agendada para os dias 7 a 28 de outubro de 2012, quinquagésimo aniversário da abertura do Concílio, situa-se no contexto de “um projeto unificado”, pois as *Orientações para o Sínodo sobre a Nova Evangelização* nos convidam a pensar a “nova evangelização” em continuidade com o Vaticano II, através dos pontificados de Paulo VI, de João Paulo II e do próprio Bento XVI, podendo, portanto, ser melhor compreendidas à luz das idéias centrais que presidiram o desenrolar da assembléia conciliar.

<sup>1</sup> Orientações ou Lineamnta, 1: Designam-se dessa forma as Orientações para o Sínodo sobre a Nova Evangelização, em [http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_2\\_0110202\\_lineamenta-xiii-assembly\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_2_0110202_lineamenta-xiii-assembly_po.html)

<sup>2</sup> Cf. Vaticano II, mensagens, discursos e documentos (MDD). São Paulo: Paulinas, 1998, n. 26-69.

## 1. O SENTIDO DO VATICANO II

Diferentemente dos vinte primeiros concílios ecumênicos anteriores, o Vaticano II não teve por objetivo condenar erros ou propor novas expressões da fé, com base na autoridade da Igreja. Visava encontrar os melhores caminhos, para fazer chegar ao mundo de hoje, a Palavra de Deus que veio a nós na história, na pessoa de Jesus e foi acolhida na fé pelos apóstolos, para ser transmitida a todos os humanos, pelo ministério do povo de Deus, a Igreja, sacramento da salvação universal.

Essa novidade pressupõe que a História deva ser levada em conta, na elaboração das expressões da fé. Se a religião se baseasse na fixação definitiva de um texto escrito ou de práticas religiosas imutáveis, nada teria a ver com a História e ficaria, através dos séculos, refém de seus ritos e de suas práticas, ainda que, com o passar do tempo, tivessem perdido toda sua significação, envelhecido e se tornado incompreensíveis, como acontece com todas as coisas humanas.

O ser humano, que vive na história, só pode satisfazer sua vocação que transcende o tempo, se reconhecer como sentido da vida, pessoal e social, realidades que permanecem através dos anos, embora mudem incessantemente de figura, como ele mesmo, ser humano, mantém a sua identidade, de recém-nascido à velhice, passando pela juventude e pela maturidade.

Os dois princípios estabelecidos por João XIII, na abertura do concílio, valorizar a História e distinguir a “substância da fé”, de ordem espiritual, de suas expressões no tempo, vão orientar todo o desenrolar dos trabalhos. Representam as exigências antropológicas da fé e, portanto, da própria Igreja, que é por natureza uma comunidade histórica, e não pode ser entendida apenas como realidade espiritual, depositária da verdade eterna.

O “mistério” da Igreja, como se diz na linguagem da fé, está em continuidade com o mistério de Jesus, a Palavra encarnada, é o corpo de Cristo, animado pelo mesmo Espírito. Assim como a pessoa do Verbo está inscrita na História, como homem e pelo seu agir humano, a comunidade dos fiéis, participando do mesmo Espírito, está inscrita na História pelo seu agir, que ratifica sua vocação, de participar da vida de Deus, como nova criatura. Portanto, a Igreja deveria estar sempre em renovação; esse é o objetivo do

Vaticano II: colocar a Igreja em sintonia com seu tempo, promover o seu *aggiornamento*.

## 2. A TEMÁTICA DO CONCÍLIO

O conceito de novidade é inerente à história do cristianismo. Jesus tinha consciência da novidade de sua pregação da iminência do Reino de Deus e insistiu, como o deixam perceber os evangelistas, na necessidade de se renovar para acolher a mensagem que pregava, pois não se pode colocar o vinho novo em velhos odres. Paulo fez da novidade do Evangelho um dos principais temas de sua pregação. E João classificou de mandamento novo o que há de central na mensagem cristã: o mandamento do amor. Nem sempre os concílios se apresentaram como portadores da novidade, mas a partir, pelo menos da Idade Média, visaram quase sempre à reforma da Igreja.

A novidade, quando se trata da fé, nos chega através da Tradição e é sempre coerente com a herança recebida. Para avaliar em que consistiu a novidade do último concílio, o vigésimo primeiro ecumênico, é preciso considerá-lo em continuidade com o concílio que o precedeu de um século, o Vaticano I. Abruptamente interrompido em setembro de 1870, com a invasão de Roma pelas tropas de Garibaldi, Vaticano I se limitou a promulgar duas constituições, uma sobre a revelação e a fé, a *Dei Filius*, e a outra sobre a Igreja, a *Pastor aeternus*, que se restringiu à definição do dogma da infalibilidade papal.

Cem anos mais tarde, cedendo à vontade de João XXIII, a cúria romana não se mostrou, de início, favorável a um novo concílio. Para contornar a multiplicidade de temas sugeridos, preparou o Vaticano II, em continuidade com Vaticano I, em torno dos mesmos dois tópicos: a Igreja e a Revelação. Logo no primeiro período conciliar, que se esperava fosse único, apresentaram-se, para aprovação da assembléia, os dois esquemas preparatórios sobre a Igreja e sobre as fontes da revelação. A grande surpresa, um dos aspectos mais interessantes da novidade do Vaticano II, foi a rejeição do primeiro, por uma maioria que superava os dois terços, e a constituição de uma comissão mista para a reformulação do segundo esquema, com base numa maioria simples, insuficiente, segundo o regulamento do concílio, para sua rejeição.

O conjunto do episcopado, mais de dois mil bispos, mostrava assim querer uma reformulação da idéia que então se fazia da Igreja e não estava satisfeito com o enfoque que se dava à tradição, colocada ao lado da Escritura e se somando a ela, como fonte específica da revelação, reeditando uma interpretação abusiva do texto tridentino.<sup>3</sup>

Não se pode deixar, no entanto, de reconhecer a continuidade do Vaticano II com o Vaticano I. A prevalência dos dois temas, Revelação e Igreja, já é um indício maior. Soma-se o fato de que, na intenção dos padres conciliares, devido, aliás, à natureza do desenvolvimento da reflexão cristã através da História, essa continuidade dos ensinamentos da fé é um dos critérios básicos de sua autenticidade. Pode-se observar, no primeiro capítulo da Constituição sobre a Igreja, o cuidado que se teve de reinterpretar a doutrina da Igreja como Corpo Místico de Cristo, para salvaguardar a continuidade do ensinamento conciliar, com a encíclica de Pio XII sobre o tema.<sup>4</sup> E igualmente, no início da Constituição sobre a Revelação, *Dei Verbum*, a declaração de se quer “seguir as pegadas de Trento e de Vaticano I”.<sup>5</sup>

Podemos então dizer que a novidade do Vaticano II, coerente com a temática do Vaticano I, consistiu numa *nova* visão da Igreja e em uma *nova* compreensão da Revelação.

### 3. OS PRESSUPOSTOS DA NOVIDADE

A religião, de um modo geral, resiste à mudança. Entendida, na perspectiva das ciências humanas, como construto cultural constituído por ritos, mitos ou doutrinas, práticas específicas e exigências éticas, a religião só pode admitir mudar, sem se tornar outra, quando inclui, na sua compreensão como religião, a relação com a transcendência. Dessa forma, entende-se que permanece a mesma, através das mais radicais transformações de suas

<sup>3</sup> Trento havia, de fato, falado de “livros escritos e tradições não escritas”, mas o contexto não permite entender o “e” como aditivo, senão, simplesmente, como conjuntivo, sem opor Escritura e Tradição como fontes distintas da revelação, Cf. Denzinger-Hünemann, Compendio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007, n. 1501.

<sup>4</sup> Cf. *Lumen gentium*, 7 (MDD, n. 96-302).

<sup>5</sup> Cf. *Dei Verbum*, 1 (MDD), n. 872.

expressões, seus ritos, mitos, práticas e exigências morais, que relevam da História, sempre em evolução.

No entanto, essa referência à transcendência, que justifica a mudança, leva, quase sempre, à sua fixação em formas consideradas sagradas, que por se apresentarem como expressões da transcendência, tendem a permanecer imutáveis, apesar das transformações do meio cultural. Fixa-se sua expressão em uma língua sagrada, numa fórmula doutrinária pretendidamente definitiva, em práticas imutáveis e preceitos morais absolutos, ainda que tenham surgido como exigências de circunstâncias histórico-culturais relativas.

Por isso, o primeiro pressuposto da novidade, em religião, é uma correta filosofia da mudança. Estabelece o critério indispensável para discernir na religião em geral, mas também, no caso específico da Igreja, ou do cristianismo, a verdadeira reforma, que muda, mantendo uma saudável e indispensável continuidade com o passado, e as falsas reformas, revoluções em ruptura com a verdade profunda da religião.

A novidade conciliar foi historicamente precedida de uma reflexão sobre a mudança, permitindo evitar os desvios das muitas reformas propostas ao longo dos séculos, que propunham uma falsa adaptação da religião cristã aos novos tempos. Sob esse aspecto, desempenhou importante papel o estudo do Padre Congar, *Verdadeira e falsa reforma na Igreja*, publicado dez anos antes da convocação do Concílio.<sup>6</sup>

O Padre Congar, pessoalmente, insistia muito na importância de se ter em mente uma teologia da mudança. Somente à luz de uma correta compreensão da mudança se podem evitar os desvios observados em torno dos anos 1900, que foram violentamente combatidos por Roma, sob o nome de modernismo. Somente quando se entende corretamente a mudança, compreende-se a indispensável continuidade com a tradição viva, fonte através da qual chega até nós a Palavra de Deus, veículo de comunicação de seu

---

<sup>6</sup> Yves M.-J. Congar, *Vraie et fausse réforme dans l'Église*. Paris: Cerf, 1950. Consta que entre os livros de cabeceira do Cardeal Roncalli, que foi núncio em Paris antes de se tornar o papa João XXIII se encontra um exemplar desse estudo, amplamente anotado.

Espírito, sob as mais diversas formas, desde o próprio “livro da natureza” até as Escrituras Sagradas.<sup>7</sup>

Esses princípios, concretamente, se aplicam em primeiro lugar, à leitura das Sagradas Escrituras. A controvérsia gerada pela Reforma, a respeito do lugar que ocupa a Bíblia na gênese e na sustentação da fé, colocou a Igreja romana numa posição defensiva, distanciando o povo da leitura da Bíblia, geradora de problemas, e defendendo a sua interpretação do texto sagrado que estava na base de sua própria estrutura religiosa, como sendo a única legítima.

Essa defesa dogmática, da mais importante expressão da fé, não resistiu às formas de interpretação fundadas na História e nas novas orientações literárias e filosóficas que se desenvolveram a partir do século XVII, passaram pela sacudida iluminista do século XVIII e se revestiram do instrumental da História e das ciências humanas desenvolvidas no século XIX.

Nasceu então, entre os cristãos, a percepção da necessidade de uma nova abordagem do texto sagrado, criando o que se veio a denominar o movimento bíblico, a partir do século XIX. Progressivamente, na Igreja católica, se foi valorizando cada vez mais a leitura da Bíblia nas comunidades e, em particular, na liturgia. Multiplicaram-se as traduções para o vernáculo e se foi aos poucos recolocando a leitura da Bíblia no centro da vida cristã, em continuidade com a tradição mais antiga, particularmente desenvolvida e sistematizada na Idade Média, sob a forma de *lectio divina*. Voltar à Bíblia correspondia, aliás, ao movimento de volta às fontes, generalizado na modernidade.

Por sua vez, a valorização da Bíblia e da liturgia pressupõe uma percepção nova do mistério da Igreja. A Igreja deixa de ter, como estrutura básica, o arcabouço da instituição, apresentada como eterna, de certo modo divina, para ser considerada prioritariamente a comunidade histórica dos fiéis seguidores de Jesus e do Evangelho, expressão histórica da vocação divina de toda humanidade à união com Deus.

---

<sup>7</sup> Essa doutrina está retomada de forma amadurecida no n. 7 da Exortação Apostólica *Verbum Domini* (11/11/2010), em que o papa Bento XVI promulga a 12ª Assembléia do Sínodo de 2008 sobre a *Palavra na vida e na missão da Igreja*.

É significativo que o Vaticano II, na Constituição Dogmática sobre a Igreja, a entenda como “sacramento da união com Deus e da unidade de toda a humanidade [...] povo unido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.<sup>8</sup> Significativo também que, na ordenação dos temas tratados, dê prioridade ao capítulo segundo, sobre o povo de Deus em relação ao capítulo terceiro, sobre a Hierarquia.<sup>9</sup>

#### 4. A NOVIDADE DO VATICANO II

O Vaticano I havia sido interrompido pela invasão das tropas da unidade italiana, que obrigaram o papa Pio IX a se refugiar como prisioneiro no Vaticano. O Vaticano II sofreu um rude golpe com a morte de João XXIII, em junho de 1963. Chegou-se a pensar que seria decretada, como há cem anos, a interrupção do concílio inaugurado, em outubro de 1962, e que estava em recesso. A eleição do cardeal Montini, dada a certeza de que retomaria a obra de seu antecessor, significou a disposição majoritária do conclave de que era indispensável continuar o trabalho começado.

O novo papa Paulo VI, porém, necessitava apelar para uma temática que animasse o conjunto do episcopado a continuar o trabalho e motivasse inclusive a minoria recalcitrante, que temia a extensão das reformas esboçadas, a começar pelo que se pressentia em gestação na esfera da liturgia, que havia sido objeto de discussões acirradas no primeiro período conciliar de 1962.

Paulo VI confirmou a convocação do segundo período do Concílio do Vaticano II, para o dia 29 de setembro de 1963. Acreditamos interpretar corretamente esse texto fundamental, dizendo que o apelo ao Concílio, como centrado na compreensão do que é a Igreja e do que há nela a ser renovado, foi a bandeira escolhida para despertar nos bispos, das mais variadas tendências, o empenho a levar avante o trabalho começado.

---

<sup>8</sup> *Lumen Gentium*, n. 1 e n. 4 (MDD, 284; 288).

<sup>9</sup> Sabe-se que esta ordem dos temas foi objeto de uma consulta à assembléia conciliar, o que induziu Paulo VI a adotá-la, embora os votos não tenham atingido a maioria regulamentar dos dois terços.



Sob o signo da renovação da Igreja, que correspondia aos objetivos ditados por João XXIII, o Concílio se desenvolveu, trabalhando os mais variados aspectos da vida da Igreja em si mesma e na sua relação com o mundo. Todos os que o acompanhamos, participando da vida da Igreja, nesses últimos cinquenta anos, o reconhecemos sem dificuldade.

Mas sabemos também que a fisionomia histórica de um concílio não se desenha apenas pela temática em que se insere, nem tampouco pela simples análise de seus documentos, no tempo e no espaço cultural em que se inscrevem historicamente. Na interpretação de um concílio é preciso levar ainda em conta a maneira como repercute na vida da Igreja, sua recepção, que tem também valor hermenêutico, fundado no fato de que Deus conduz a História através dos acontecimentos, os sinais dos tempos, dentre os quais os concílios figuram como dos mais importantes. Elaborou-se, assim, o conceito técnico de “recepção”.<sup>10</sup>

Ora, percebe-se hoje, com nitidez cada vez maior, que o centro do Vaticano II, na história do cristianismo não é propriamente a Igreja, mas a Palavra de Deus, quer dizer, a presença atual da Palavra de Deus, atuante na natureza e na História, presença de que nasce a Igreja, constitutiva do próprio mistério cristão.<sup>11</sup> À luz da recepção do Vaticano II, deve-se reconhecer que o Vaticano II passará à História como o concílio que recolocou no centro da vida e da missão da Igreja a Palavra de Deus, tema, aliás, proposto por Bento XVI para a primeira assembléia sinodal que convocou.<sup>12</sup>

Um primeiro indício da centralização da Igreja na Palavra de Deus é a evolução pela qual passou a reformulação do esquema sobre a revelação. Afastado da agenda, num primeiro momento, tendo cedido lugar à Igreja, que ocupou o lugar de destaque durante todo o segundo período conciliar,

---

<sup>10</sup> Cf. Francisco Augusto Carmil Catão, O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação, em Paulo Cesar Lopes Gonçalves e Vera Ivanise Bombonato (org.), *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 95-115.

<sup>11</sup> Cf. Christoph Theobald, *La réception du Concile Vatican II. I. Accéder à la source*. Paris: Cerf, 2009.

<sup>12</sup> A escolha, por Bento XVI, do tema para a 12ª Assembléia do Sínodo nos leva a pensar que o papa, bom teólogo e profundo conhecedor da Igreja durante os anos que esteve na Congregação da Doutrina, tem a percepção nítida da centralidade da Palavra, como autêntico foco do trabalho da renovação da Igreja, visada pelo concílio.

foi inesperadamente lembrado por Paulo VI, no discurso de encerramento desse período, em 4 de dezembro de 1963.<sup>13</sup>

Retomaram-se então os estudos e se procurou uma nova redação, em continuidade com o trabalho da comissão mista, que havia ficado em hibernação. Reformulou-se o conceito de revelação, ao articular Bíblia e Tradição, sob a égide da Palavra de Deus que as sustenta e de que são os veículos que a trazem até nós. Em consequência, a Bíblia e a Tradição, de que ela era a expressão maior, em virtude da Palavra de que são portadoras, ocupam lugar preeminente na vida e na missão da Igreja. A Palavra de Deus, em continuidade com a encarnação, foi sempre entendida, desde as mais remotas origens cristãs, como fonte perene da Igreja, alimento de sua vida e de sua reflexão, alma da teologia.

Esse lugar preeminente da Palavra, no Concílio, passou a iluminar de maneira nova as relações ecumênicas da Igreja Católica, ou seja, com as demais igrejas e denominações cristãs, a ponto, por exemplo, de a Constituição *Dei Verbum* acolher o voto favorável da maioria dos peritos das diversas comunidades cristãs presentes na aula conciliar.<sup>14</sup> Abria-se assim uma nova possibilidade de instaurar o diálogo ecumênico e, inclusive, o diálogo inter-religioso, em continuidade com a declaração *Nostra Aetate* e, sobretudo, justificava-se teologicamente a doutrina da liberdade religiosa na declaração *Dignitatis humanae*, sem falar do impacto que o primado da Palavra, de significação universal, exercia sobre a compreensão da verdadeira posição da Igreja no mundo de hoje, expressa na Constituição *Gaudium et spes*. Pode-se dizer que os documentos aprovados e promulgados nas três últimas semanas do Concílio giravam em torno, não mais da Igreja, mas de Deus, que vem a nós através de sua Palavra!

Essa era a novidade do Vaticano II: a recuperação pela Igreja Católica da centralidade da Palavra, reatando com a tradição do primeiro milênio e

---

<sup>13</sup> MDD, 202-234, a menção à retomada do esquema da revelação se encontra no parágrafo 220.

<sup>14</sup> Vale lembrar aqui o celebrado artigo de Karl Barth, *Conciliarum Tridentini et Vaticani I inhaerens vestigia*, escrito em latim em *Ad limina apostolorum*, Zurique: EVZ Verlag, 1967, em que o grande teólogo luterano aprova “a seu modo” – *Placet juxta modum* – a Constituição. Cf. a tradução francesa em *Vatican II, La révélation divine*. Vol. 2. Paris: Cerf, 1968, p. 513-522.

se preparando para viver nos dias de hoje, em continuidade com Jesus, dando testemunho do Reino, da salvação, fiel ao Pai, no Espírito.

## 5. A CAMINHO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO

Christoph Theobald, que prepara o segundo volume de sua obra sobre a recepção do Vaticano II, em que tratará das conseqüências que essa recente interpretação do concílio tem para a vida e para a missão da Igreja,<sup>15</sup> publicou também outra obra importante sobre a maneira de fazer teologia.<sup>16</sup> Sua idéia de base é de que, na Igreja, seguindo, inclusive a orientação do magistério ordinário de centrar a reflexão teológica na Palavra, deve-se fazer teologia em continuidade com o modo de pensar e falar da Escritura, em especial do Novo Testamento, anunciando o desígnio salvador de Deus, segundo o testemunho de Jesus, pela narrativa de seu gesto salvador.

O magistério ordinário da Igreja nos induz hoje a uma forma nova, não só de fazer teologia, mas também de anunciar a Boa Nova. É o que, na sua intuição pastoral profunda, João Paulo II chamou de nova evangelização. A expressão serve para sintetizar a originalidade de seu carisma pastoral.

Depois de haver convocado a 12ª Assembléia do Sínodo sobre o papel central da Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja, Bento XVI, seguindo as pegadas de seu antecessor, prepara agora a 13ª Assembléia do Sínodo sobre “a nova evangelização e a transmissão da fé”.<sup>17</sup>

O texto das *Orientações para o Sínodo sobre a nova evangelização* nos parece da maior importância. Sua leitura deve ser feita levando-se em conta, como está explícito logo no início, que a assembléia sinodal se coloca como

---

<sup>15</sup> O segundo volume anunciado tem como título II. *L'Église dans l'histoire e la société (A Igreja na história e na sociedade)* é previsto em cinco partes: O evangelho e a Igreja, na história e na sociedade, a vocação universal à santidade, identidade apostólica e estrutura eclesial (os carismas e sua instituição), finalmente, nas fontes da vida (liturgia e missão), cf. op. cit., p. 10.

<sup>16</sup> Christoph Theobald, *Le christianisme comme style. Une manière de faire da la théologie en postmodernité*. Vol I-II. Paris: Cerf, 2008, 1110 páginas.

<sup>17</sup> Cf. as *Orientações para o Sínodo sobre a Nova Evangelização e a transmissão da fé*, publicados em 07/03/2011.

um passo a mais “dentro de um projeto unificado”, que tem as suas origens na novidade do Concílio – daí a importância do adjetivo “nova” – e se inscreve numa evolução ditada pela sua recepção no contexto da pós-modernidade.

Trata-se, portanto, na transmissão da fé, de observar duas exigências: “levar em conta os desafios de um mundo em acelerada transformação” e traçar “uma via para viver, hoje, o dom de estarmos reunidos no Espírito Santo”. Situam-se aqui as duas notas fundamentais da nova evangelização:

Primeiro é preciso visar aos desafios de um mundo em acelerada transformação, ou seja, encontrar um “novo estilo” de pensar a fé ou de “fazer teologia na pós-modernidade”, para descobrir, também, com fundamento na Tradição, uma nova forma de testemunhar a fé, de evangelizar. Somos convocados a nos dedicar, em vista da 13ª Assembléia do Sínodo, a buscar em conjunto essas novas formas. O Espírito no-las quer comunicar, contanto que não tenhamos a pretensão de havê-las já descoberto. Seria um grave equívoco se cada um de nós, ou cada grupo de fiéis, pensasse que deve comunicar sua própria experiência da descoberta de Jesus, como padrão para toda a Igreja, como por vezes acontece.

Depois, o que talvez venha antes e tenha prioridade, é preciso descobrir “uma via para viver o dom de estarmos reunidos no Espírito Santo”. O pertencimento à Igreja, que foi um dos temas mais discutidos na época do concílio, deu aqui lugar, com a evolução dos tempos, à consciência de que a salvação é mais ampla do que a Igreja.

A vocação de todos os seres humanos é a santidade, a fidelidade à Palavra no Espírito, laço que ultrapassa as fronteiras históricas da Igreja e nos faz solidários com todos os homens e mulheres, de todos os tempos e culturas, na busca de Deus e na fidelidade à verdade de sua Palavra e ao amor de seu Espírito. A plena consciência da universalidade da salvação pode ser considerada um dos fundamentos e, até mesmo, a pedra de toque da nova evangelização.

Mas o texto das *Orientações* continua. A evangelização é nova, na medida em que o testemunho de Jesus, dado de forma a ser acolhido pelos homens e mulheres de hoje, animados universalmente pelo dom do Espírito, se situar na busca de Deus. Na Exortação Apostólica *Verbum Domini*, Bento

XVI definiu essa prioridade pastoral: “não existe prioridade maior do que reabrir ao homem atual o acesso a Deus”.<sup>18</sup> As *Orientações* dão um passo a mais, explicitando o fato de que essa busca prioritária de Deus, em vista da qual se estabelece a nova evangelização, é “a experiência de Deus que é nosso Pai” que leva a “testemunhar e anunciar a todos a Boa Nova – o Evangelho – de Jesus Cristo”.<sup>19</sup>

## 6. A “EXPERIÊNCIA DE DEUS”

O caminho da nova evangelização seria então abrir a todos os homens o acesso a Deus, humanamente falando, ou seja, à experiência de Deus, pois é através da experiência que o ser humano tem acesso à realidade, como já o sabia Aristóteles, para quem, nada está na inteligência senão tendo, de algum modo, passado pelos sentidos.

A teologia católica, opondo-se, no século XVI, ao pensamento luterano que insistia na subjetividade do ato de fé, entendido como confiança em Deus, e na conseqüente interpretação individualista do texto bíblico, suspeitou da experiência religiosa como fonte do conhecimento de Deus e rejeitou toda literatura teológica baseada na experiência. Quando se rejeita a experiência, porém, e se concebe a fé como a submissão voluntária da inteligência à autoridade dos responsáveis pela Igreja,

é difícil ser fiel até o fim e viver puramente da fé, sem ceder ao fascínio da experiência. Todas as vezes que se cede, surgem as crises, que acabam por opor fé e experiência, o que obriga a Igreja a rejeitar vigorosamente tal experimentalismo desastroso. Foi o que aconteceu com a crise protestante [...] a jansenista [...] a quietista [...] a tradicionalista [...] e a modernista.<sup>20</sup>

No contexto da rejeição da experiência, a evangelização privilegiou a obediência ao ensinamento oficial da Igreja, em detrimento da experiência

---

<sup>18</sup> *Verbum Domini*, 2.

<sup>19</sup> *Lineamenta*, 1.

<sup>20</sup> Cf. Jean Mouroux, *L'expérience chrétienne. Introduction à une théologie*. Paris: Aubier, 1954, p. 5.

da fé,<sup>21</sup> pensou o anúncio do Evangelho como sujeição a verdades proclamadas, em lugar de acolhimento da Palavra. Foi o que se pôde observar na catequese, por exemplo, com a ênfase dada ao ensino da doutrina da Igreja e na sua renovação, como a agregação à comunidade cristã.

Em face, porém, da consciência contemporânea, os cristãos se deram conta de que a experiência religiosa não só é um condicionamento antropológico indispensável da fé, como convém eminentemente à evangelização. A Palavra de Deus se fez carne e vem como homem até nós, para que O acolhamos como amigo, e não apenas como adoradores religiosos ou como servos. A nova evangelização tem como objetivo proporcionar a todos os humanos, independentemente de seu pertencimento ou não à Igreja histórica – a salvação é mais ampla do que a Igreja<sup>22</sup> – a ocasião de estabelecer um laço existencial de amizade com Jesus, que nos dá acesso ao Pai e nos faz participar do Espírito de Deus.

A importância da experiência na teologia teve como pioneiro o estudo de Jean Mouroux a que nos referimos acima, falando do experimentalismo.<sup>23</sup> A partir dos anos cinquenta, os teólogos católicos, apesar de algumas hesitações, começaram a se dar conta da importância da experiência, na gênese e no desenvolvimento da vida cristã. O Vaticano II, embora explicitamente pareça não ter ido muito longe nesse sentido, contém indubitavelmente, na *Dei Verbum*, na *Dignitatis humanae* e na *Gaudium et spes* os germes da valorização da experiência como fator do conhecimento da fé, não só na esfera da vida mística, mas na própria vida cristã e na teologia, a começar na iniciação, passando por toda a formação e alcançando as exigências mais rigorosas da reflexão cristã e da teologia.

A experiência religiosa, sobre a qual se assenta toda a revelação bíblica, do Antigo e do Novo Testamento, que é vivida por Jesus, na intimidade do Pai, como homem, na plenitude do Espírito, torna-se o elemento chave da evangelização, entendida como testemunho da Palavra, pela narração de

---

<sup>21</sup> Lembremo-nos da terrível palavra de Karl Marx a respeito de Lutero, segundo a qual a fé perde sua autoridade quando apela para outra autoridade que não ela mesma.

<sup>22</sup> Cf. Frei Bernardo (Francisco) Catão, *A Igreja sem fronteiras*. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

<sup>23</sup> Cf. nota 19.

sua ação criadora e salvadora. Os cristãos, pelo fato mesmo de crerem, de serem discípulos de Jesus, são missionários, pois sua vida, experiência da amizade com Jesus, é o elemento comunicativo da Palavra, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são indiferentes ou estão afastados de Deus.

Esse posicionamento teológico da experiência foi plenamente reconhecido pela 12ª Assembléia do Sínodo, sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja, como se pode ler na Exortação Apostólica *Verbum Domini*. Dentre as muitas menções, destacamos aqui três passagens que nos parecem mais significativas:

na Igreja há um Pentecostes também hoje, ou seja, ela fala em muitas línguas; não só no sentido externo de estarem nela representadas todas as grandes línguas do mundo, mas também, e mais profundamente, no sentido de que nela estão presentes **os variados modos da experiência de Deus e do mundo**, a riqueza das culturas, e só assim se manifesta a vastidão da existência humana e, a partir dela, a vastidão da Palavra de Deus.<sup>24</sup>

**A partir da sua experiência pessoal do encontro e seguimento de Cristo, João**, que a tradição identifica com “o discípulo que Jesus amava” (Jo 13,23; 20,2; 21,7.20), “chegou a essa certeza íntima: Jesus é a Sabedoria de Deus encarnada, é a sua Palavra eterna feita homem mortal [...] Trata-se de uma novidade inaudita e humanamente inconcebível: ‘O Verbo fez-Se carne e habitou entre nós’ (Jo 1,14a). Estas expressões **não indicam uma figura retórica mas uma experiência vivida**”.<sup>25</sup>

Todo o Antigo Testamento se nos apresenta já como história na qual Deus comunica a sua Palavra [...] em palavras e obras, **de tal modo que Israel pudesse conhecer por experiência os planos de Deus sobre os homens**.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> *Verbum Domini*, 4, citando Bento XVI, Discurso à Cúria Romana (22/12/2008): AAS 101 (2009), 50.

<sup>25</sup> *Verbum Domini*, 5, citando Bento XVI, Angelus (04/01/2009): Insegnamenti, V/1 (2009), 13.

<sup>26</sup> *Verbum Domini*, 11.

A *Verbum Domini* não desenvolve explicitamente uma teologia da experiência cristã, mas a pressupõe adquirida e com base, não apenas antropológica, mas cristológica, pois a fé cristã é acolhimento da Palavra que vem a nós, Palavra encarnada, que viveu no tempo, como ser humano, sua vida de comunhão com o Pai, desde toda a eternidade.

Portanto, o fundamento sobre o qual se assenta a nova evangelização, segundo o texto das *Orientações*, é o encontro com Jesus, vivido numa experiência pessoal, em que O acolhemos, como Palavra, no Espírito, luz de nossa vida, amigo íntimo e em continuidade com a metáfora bíblica, como esposo de nossas almas:

Falando do Evangelho, não devemos pensar apenas em um livro ou a uma doutrina; o Evangelho é muito mais do que isso: é uma Palavra viva e eficaz, que realiza o que afirma. Não é um sistema de artigos de fé e de preceitos morais, e ainda menos um programa político, mas uma pessoa: Jesus Cristo, Palavra definitiva de Deus, feito homem.<sup>27</sup>

O caráter de encontro pessoal, que se reconhece como a categoria em que se insere a conversão e a fé, constitui um dado precioso do personalismo cristão, constantemente lembrado por Bento XVI.<sup>28</sup> Mais do que isso, podemos dizer, é um dado implicado na própria confissão do mistério de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, antes de tudo, portanto, três pessoas, que comungam da mesma natureza. Acolher Deus não é aderir a uma essência, a uma idéia ou a uma energia, senão entrar em comunhão pessoal com o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

A centralidade de Cristo, que caracteriza a nova evangelização, é, ao mesmo tempo, princípio e decorrência desse caráter de laço pessoal da salvação e da santidade, pois

O Evangelho é Evangelho de Jesus Cristo: não tem somente como conteúdo Jesus Cristo. Jesus é, através do Espírito Santo, muito mais, é o promotor e o tema principal da sua mensagem, da sua transmissão. O objetivo da transmissão da fé é, portanto, a realização

---

<sup>27</sup> *Orientações*, 11.

<sup>28</sup> Bento XVI, Carta encíclica *Deus caritas est* (25 de Dezembro de 2005), n. 1: AAS 98 (2006), 217.



desse encontro com Jesus Cristo, no Espírito, para chegar a fazer a experiência do Seu e do nosso Pai.<sup>29</sup>

Por isso, a nova evangelização, mais do que a transmissão de uma verdade ou de um ensinamento, consiste em

criar, em cada lugar e em cada tempo, as condições para que o encontro entre os homens e Jesus Cristo aconteça. A fé, encontro com a pessoa de Cristo, tem a forma da relação pessoal com Ele, da memória d'Ele (na Eucaristia) e do formar em nós a mentalidade de Cristo, na graça do Espírito [...] Dado que Deus foi o primeiro a amar-nos (cf. *1Jo* 4,10), agora o amor já não é apenas um 'mandamento', mas é a resposta ao dom do amor, com que Deus vem ao nosso encontro.<sup>30</sup> A própria Igreja toma forma a partir da realização dessa tarefa de anunciar o Evangelho e transmitir a fé cristã.<sup>31</sup>

Assim como o mistério de Deus se exprime como a comunhão interpessoal do Pai com o Filho, no Espírito Santo, o encontro pessoal com Jesus está no centro do mistério da Igreja e é o resultado que se espera hoje da evangelização, denominada, por isso, nova:

O resultado que se espera desse encontro é o de inserir os homens na relação do Filho com o Pai, para sentir a força do Espírito. O fim da transmissão da fé, a finalidade da evangelização, é a de levar "por Cristo ao Pai, no Espírito" (*Ef* 2,18);<sup>32</sup> é essa a experiência da novidade do Deus cristão. Nessa perspectiva, transmitir a fé em Cristo significa criar as condições para uma fé pensada, celebrada, vivida e anunciada: isso significa inserir na vida da Igreja.<sup>33</sup> Essa é uma estrutura de transmissão profundamente enraizada na tradição eclesial.<sup>34</sup>

<sup>29</sup> *Orientações*, 11. Cf. Congregação para a Doutrina da Fé, *Nota doutrinal sobre alguns aspectos da evangelização* (3 de Dezembro de 2007), 2: AAS 100 (2008).

<sup>30</sup> Bento XVI, Carta encíclica *Deus caritas est* (25 de Dezembro de 2005), 1: AAS 98 (2006), 217.

<sup>31</sup> *Orientações*, 11.

<sup>32</sup> Congregação para o Clero, (15 de Agosto de 1997), 100.

<sup>33</sup> Cf. *Ibid.*, 141.

<sup>34</sup> *Orientações*, 11, Cf. João Paulo II, Constituição apostólica *Fidei depositum*, (11 de Novembro de 1992), 122: AAS 86 (1994) 113-118, retomada em Congregação para o Clero, *Directório Geral para a Catequese* (15 de agosto de 1997), 122.

## CONCLUSÃO

Historicamente, o texto das *Orientações* se prende, portanto, a um projeto divino que se desdobra no tempo e se explica pela orientação para centralidade da Palavra na Igreja, tal como se deduz da recepção do Vaticano II, no cinquentenário de sua celebração.

Uma reflexão teológica sobre esse tema nos levaria muito longe. Seria, entretanto, esclarecedora das orientações que Bento XVI imprime a seu pontificado e do entendimento renovado que tem a Igreja de que sua fonte é a Palavra portadora do Espírito, ou, em virtude da missão conjunta do Verbo e do Espírito, em outros termos, de que sua fonte é o Espírito, Sustentador da Palavra, o Paráclito.

Logo após o Concílio, viveu-se na teologia um momento significativo, ao perceber-se a importância de articular a reflexão sobre o Verbo com a reflexão sobre o Espírito. Talvez a grande lição que nos está reservada, como fruto da valorização da Palavra é de que se aproxima o momento de acolher na luz da Palavra o mistério de Deus comunicado à Igreja, no Espírito. Mistério de comunicação da vida do Espírito, graças ao qual temos acesso à verdade e à plenitude do amor, testemunhado pelos apóstolos e seus sucessores, tornando-nos, nós mesmos, filhos de Deus, testemunhos de Jesus e mensageiros do Amor, isto é, da verdadeira solidariedade entre os homens, como artífices da paz.

## BIBLIOGRAFIA

- BENTO XVI. *DEUS CARTAS EST* (25/12/2005). São Paulo: Paulinas, 2006.
- BENTO XVI. *Exortação Apostólica Verbum Domini* (11/11/2010). São Paulo: Paulinas, 2010.
- CATÃO, Francisco Augusto Carmil. *O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação*, em Paulo Cesar Lopes Gonçalves e Vera Ivanise Bombonato (org.), *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 95-115.
- CATÃO, Frei Bernardo (Francisco). *A Igreja sem fronteiras*. São Paulo: Duas Cidades, 1966.
- CATHECHISMO CATHOLICAE ECCLESIAE. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1997.
- CONGAR, Yves M.-J., *Vraie et fausse réforme dans l'Église*. Paris: Cerf, 1950.
- DEBZUGER-HÜNERMAN. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007.
- MOINGT, Joseph. *Deus que vem ao homem*. Vol. II. São Paulo: Loyola, 2010.
- MOUROUX, Jean. *L'expérience chrétienne. Introduction à une théologie*. Paris: Aubier, 1954.
- SÍNODO 2012. *Orientações para o Sínodo sobre a Nova Evangelização*, em [http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20110202\\_lineamenta-xiii-assembly\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20110202_lineamenta-xiii-assembly_po.html)
- THEOBARD, Christoph. *La réception du Concile Vatican II. I. Accéder à la source*. Paris: Cerf, 2009.
- \_\_\_\_\_ *Le christianisme comme style. Une manière de faire da la théologie en postmodernité*. Vol. II. Paris: Cerf, 2008.
- VATICANO II. *La révélation divine*. Vol. II. Paris: Cerf, 1968. (Col. *Unam Sanctam*, nº 70A/B)
- \_\_\_\_\_ *Mensagens, Discursos e Documentos (MDD)*. São Paulo: Paulinas, 1998.